

# 2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Brasília, 7 a 9 de maio/2014

## Mulheres e política: continuidades e reproduções que contribuem para a manutenção de uma posição subordinada

Fernanda Ferreira Mota<sup>1</sup>

Juliana Lima Maia<sup>2</sup>

**Resumo:** O que este artigo procura trazer é uma discussão aprofundada das circunstâncias e aspectos que promovem a sub-representação feminina e a conseqüente (também fator atuante) subordinação das mulheres que a acompanha, por meio de análises que tentam entender como são conformados os caminhos que permitem o desenho atual de nossa política. Um desenho que se traduz em uma entrada pequena, pouco visível e menos importante das mulheres na vida política. O ponto de fundo é o entendimento de que a presença reduzida de mulheres na vida política brasileira não é um dado apenas quantitativo, ou um resultado de uma disputa eleitoral justa e balanceada, ou seja, não é uma circunstância política ocasional. São analisadas discussões protagonizadas por teóricas feministas contendo reflexões sobre ambição política, desigualdade de recursos, dualidade entre público e privado, divisão sexual do trabalho e liberalismo patriarcal.

**Palavras-chave:** gênero e política; sub-representação feminina; subordinação feminina

**Abstract:** What this article seeks to bring is a thorough discussion of the circumstances and aspects that promote women's under-representation and the consequent (also acting factor) subordination of women that accompanies it, through analyzes that attempt to understand how the pathways are formed that allow current design of our policy. A design which translates into a small, barely visible and less important women in politics input. The point is the understanding that the low presence of women in Brazilian political life is not only a quantity data, or a result of a fair and balanced election contest, which means, is not an occasional political circumstance. Discussions waged by feminist theorists containing reflections on political ambition, resource inequality, duality between public and private, sexual division of labor and patriarchal liberalism will be analyzed.

**Keywords:** gender and politics; women's under-representation; women subordination

### Introdução

Certo estranhamento inicial ao se observar a disparidade existente entre o número de representantes do sexo feminino e a parcela da população do mesmo sexo é algo comum a quem pretende tratar do tema *representação política*<sup>3</sup>. Tal estranhamento

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília. E-mail: fernanda\_politica@yahoo.com.br.

<sup>2</sup>Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília. E-mail: lmaia.juliana@gmail.com.

<sup>3</sup> Artigo feito com base nas discussões propostas pela dissertação "*Entre agenda eleitoral e imagem pública: a condição feminina nas eleições presidenciais de 2010*" (Programa de Pós-graduação em

nos evidência o mais importante desencontro de uma promessa histórica da democracia liberal, a inclusão universal. O que temos, ao contrário, é uma acomodação entre uma igualdade formal anunciada e uma desigualdade efetiva vivenciada por determinados grupos, o que resulta na restrição aos espaços de poder e decisão. Legalmente as mulheres têm direito a votar e serem votadas, portanto, não há nenhuma restrição constitucional a participação feminina na vida política; ainda assim, uma parcela minúscula das mulheres opta por essa participação, e uma parcela menor ainda alcança êxito em eleições<sup>4</sup>. Qualquer discussão sobre representação em um modo geral, ou mais estritamente sobre representação de grupos, que fuja da tentativa de entendimento deste desencontro se transforma em um olhar míope e superficial sobre a democracia.

Embora o cânone liberal insista que as diferenças entre nós não devem importar e que devemos ser entendidos enquanto indivíduos, as estruturas econômicas e políticas de nossas sociedades mostram que tal pretensão é inaceitável quando falamos em democracia (Phillips, 1997, p. 149-151). As sociedades liberais apresentam um alto grau de segregação sexual, racial, dentre outros, e tentar tratar os indivíduos como iguais é fechar os olhos a estas diferenças que são importantes, não por um essencialismo puro, mas porque nossas estruturas se apóiam nelas. Não devemos também encarar os indivíduos como corpos totalmente diferentes um dos outros. Fazemos parte de grupos, experimentamos vivências que nos tornam semelhantes a - e diferentes de - outros: *grupo social* não é simplesmente uma coleção de pessoas, é um tipo específico de coletividade, com consequências específicas sobre como seus “integrantes” entendem uns aos outros e os outros não pertencentes ao grupo (Young, 1990, p.43).

Pensar em representação sem levar em consideração a ideia de grupos sociais e o entendimento da diferença é mais que um engano metodológico, é também uma forma de opressão de determinados grupos. Dessa forma, a disparidade assinalada acima é importante e injusta, porque quando um grupo é privilegiado, pelas posições que ocupa e, portanto, pelo poder que adquire, outro(s) grupo(s) é (são) marginalizado(s). Nos é importante então se poucas mulheres ocupam cargos eletivos no Brasil, porque isso significa que a maior parte dos cargos é ocupada por homens, o que deixa as mulheres,

---

Ciência Política, UnB) e pelo Projeto de Pesquisa “*Mídia, gênero e preferência políticas nas eleições de 2010 no Brasil*”, CNPq edital nº02/2010.

<sup>4</sup> “(...) a política de gênero confirma o caso vivenciado várias vezes pelas relações de classe: que a igualdade formal pode combinar facilmente com privilégios sistemáticos.” (Phillips, 1997, p. 157. Tradução nossa.)

enquanto grupo, em uma situação desprivilegiada e marginalizada. E a composição do parlamento extremamente desigual da forma que é nos aponta uma injustiça grave, composta pelo silenciamento de perspectivas – correspondentes às posições sociais excluídas, com a vivência a que correspondem – e interesses (o que tem impacto na agenda política, na valorização desigual dos grupos e de interesses já expressos, assim como na definição e expressão política desses interesses). O parlamento não deve ser a cópia fiel da sociedade, mas deve ser minimamente representativo dos grupos existentes.

Neste sentido, serão discutidas a seguir algumas das vertentes feministas que dão diferentes explicações para a sub-representação feminina e seus contornos. A primeira trata de questões de socialização que incitam em alguns e inibem em outros o surgimento de uma “ambição política”; a segunda trata de constrangimentos estruturais à participação feminina, dentre eles o menor acesso a recursos econômicos; e a terceira aborda o caráter patriarcal das instituições políticas (Miguel e Biroli, 2011). Embora partam de focos de atenção diferenciados, estas três correntes não tratam de diferentes problemas, e devem, portanto, ser trabalhadas em conjunto para um melhor entendimento, e mesmo para uma tentativa de superação, da sub-representação feminina.

### **Interesse e ambição política marcados pelo gênero**

Poderia ser rápido o pensamento explicativo de que existem poucas mulheres participando da vida política porque poucas mulheres se interessam por política. Não obstante a capacidade explicativa que tal afirmação possa ter, tomá-la como suficiente para se pensar a sub-representação feminina pode se tornar um aliado fatal para que este fenômeno continue se repetindo. Ainda assim, embora possa parecer absurdo, essa explicativa ainda circula com altos graus de aceitação entre estudiosos da política, políticos e a própria população.

Mulheres podem até se interessar menos pelo mundo da política, mas isso por si só não é uma causa palpável para a consequência de um número tão pequeno de mulheres no poder. Essa afirmação aguça, e deve mesmo aguçar, outros questionamentos em nossa mente; no mínimo, outra pergunta deveria ser feita: “por que mulheres se interessam menos por política?”. É inocente, ou mais precisamente,

perigoso, pensar de uma forma essencialista que o “não interessar” é uma característica constitutiva do ser feminino.

Se tomamos como verdade o fato de que mulheres realmente se interessam menos em participar do mundo da política, e nos preocupamos em entender e explicar tal fato, o mais adequado neste caso seria entendermos esse fenômeno como uma consequência do *habitus de classe*, conceito trabalhado por Bourdieu (2007). O conceito de *habitus* nos remete a uma “forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe” (Bourdieu, 2007a, p.97), ou seja, se refere aos condicionamentos, posições e esquemas classificatórios homogêneos que os integrantes de uma mesma classe, neste caso, um mesmo grupo, possuem e que engendram práticas semelhantes nestes.

Assim, por intermédio dos condicionamentos diferenciados e diferenciadores, associados às diferentes condições de existência; por intermédio das exclusões e das inclusões, das uniões (casamentos, laços de amizade, etc.) e das divisões (incompatibilidades, rupturas, lutas, etc.) que se encontram na origem da estrutura social e da eficácia estruturante que ela exerce; por intermédio, também, de todas as hierarquias e de todas as classificações inscritas nos objetos (em particular, nas obras culturais), nas instituições (por exemplo, o sistema escolar) ou, simplesmente, na linguagem; por intermédio, finalmente, de todos os julgamentos, veredictos, classificações, chamadas à ordem, impostos pelas instituições especialmente destinadas a tal finalidade – tais como a família ou o sistema escolar – ou que surgem continuamente dos encontros e interações da existência comum, a ordem social se inscreve, progressivamente, nos cérebros. Os limites objetivos tornam-se *sentido dos limites*, antecipação prática dos limites objetivos adquirida pela experiência dos limites objetivos, *sense of one’s place* que leva a se excluir – bens, pessoas, lugares, etc. – daquilo que se é excluído. (Bourdieu, 2007a, p. 438)

Dessa forma, se a maioria das mulheres têm vários outros interesses que passam à frente da política, isso deve ser visto não como algo inerente às mulheres enquanto seres humanos, mas como uma tendência de sua condição enquanto indivíduos sociais. Temos “um sistema de *esquemas incorporados* que, constituídos no decorrer da história coletiva, são adquiridos no decorrer da história individual e funcionam no estado prático e para prática” (Bourdieu, 2007a, p.435). De maneira simples, podemos dizer que as mulheres, justamente por serem mulheres, são condicionadas cotidianamente a se sentirem exteriores, profanas, à vida política.

Sendo o mundo da política percebido como espaço acessível a indivíduos com características específicas – que tenham alto grau de escolarização, saibam falar bem, tenham bons contatos, tenham recursos econômicos, dentre outros – cria-se e compartilha-se a crença que os indivíduos que não possuem tais atributos devem

permanecer exteriores a esse mundo. Não é necessária uma análise profunda das características de nossa sociedade para percebermos que, não coincidentemente, os indivíduos detentores desses atributos são em sua maioria do sexo masculino. Da mesma forma que as mulheres são condicionadas a se perceberem como exteriores à política – por meio de estruturas cognitivas incorporadas e reproduzidas cotidianamente enquanto seu conhecimento prático do mundo – os homens são condicionados a se sentirem preparados e capacitados a fazer parte desse mundo.

Ainda de acordo com Bourdieu (2007a, p. 412), quando falamos da trajetória desses indivíduos sociais devemos entender as tomadas de posição política como “tomadas de posição expressas sobre o mundo social”. Ou seja, a decisão de não participar está inscrita em todo um desenho social sobre como as mulheres enxergam o mundo, e sobre como se enxergam nele. Nesse sentido, entendendo que a decisão de não participação no mundo da política é um resultado de estruturas sociais que engendram diferentes condicionamentos em diferentes indivíduos, podemos realmente falar em escolhas? Ou mais precisamente, seriam estas escolhas livres?

Ao tratar da relação entre autonomia, liberdade e bem-estar, Sunstein (2009) aborda algumas discussões sobre preferências políticas que podem nos ajudar no entendimento da escolha política de não participação protagonizada pelas mulheres. Uma importante conclusão alcançada pelo autor é que as preferências são endógenas, ou seja, não são fixas ou estáveis, mas adaptáveis a uma gama de fatores, dentre eles as regras legais existentes e a cultura (Sunstein, 2009, p. 221). Essa conclusão traz três pontos interessantes para nossa discussão. O primeiro é o fato de que não apenas as preferências podem mudar (ao longo da vida, ou dependendo das circunstâncias), mas que o mundo social que circunda os indivíduos tem influência direta em suas preferências, mais especificamente, neste caso, suas preferências/escolhas políticas.

O segundo mostra que, justamente por isso, as preferências não podem ser tomadas como dadas. Por serem fruto de fatores que são distribuídos de diferentes formas a diferentes indivíduos, os processos de formação dessas preferências devem ser levados em consideração quando falamos de democracia. Existem indivíduos que partem de condições iniciais injustas e que, portanto, formam suas preferências a partir dessas condições, o que na maioria dos casos, faz com que essas condições injustas se sustentem e permaneçam. O terceiro analisa que as preferências não podem ser tratadas também como escolhas tomadas por indivíduos livres e autônomos; “a noção de

autonomia deveria referir-se em lugar disso a decisão plena e vívida de oportunidades disponíveis, com referência a toda informação relevante, e sem limitações ilegítimas ou excessivas no processo de formação de preferências” (Sunstein, 2009, p. 227).

Resumidamente, podemos entender que indivíduos diferentes formam diferentes preferências que são produzidas por processos semelhantes quanto aos mecanismos de sua formação, mas diferentes quanto aos recursos disponíveis a estes mecanismos. Poderíamos dizer então que o *habitus* vivenciado pelas mulheres, por ser diferente do vivenciado pelos homens, resultado e fator condicionante da posição que as mulheres ocupam no mundo social, ao ser peça importante na formação de suas preferências políticas, faz com estas sejam diferentes das preferências masculinas. Mais além, podemos dizer também que por ocuparem posições desprivilegiadas neste mesmo mundo, suas preferências se adaptaram a um *status quo* injusto.

Assim como Bourdieu, Sunstein também trabalha com a ideia de que as vítimas de condições e pontos de partida injustos internalizam essa injustiça em forma de atalhos cognitivos que sustentam a ideia de que não são indivíduos dotados, preparados ou mesmo legítimos para certos cargos ou posições e, portanto acabam por atuar em prol da permanência da mesma estrutura que os oprime<sup>5</sup>.

A redução da dissonância cognitiva é uma força motivacional poderosa e opera como um obstáculo significativo ao reconhecimento da injustiça ou irracionalidade social. As vítimas também participam das estratégias de redução da dissonância, inclusive do rebaixamento de sua própria autoestima para acomodar tanto o fato da vitimização quanto a crença que o mundo é essencialmente justo. (Sunstein, 2009, p. 238).

Os argumentos de Bourdieu e Sunstein aqui expostos vão ao encontro de algumas conclusões dos estudos sobre *ambição política* feitos por Fox e Lawless (2012). As análises feitas por estes autores, apesar de ainda se pautarem no entendimento de uma política centrada na competição de indivíduos autointeressados (Miguel e Biroli, 2011, p.89), avançam em relação aos modelos tradicionais de escolha racional ao trazerem a questão da socialização para o centro de seu estudo, abordando como as diferenciações de gênero presentes nessa socialização têm impacto direto e forte sobre as decisões de se tornar um candidato ou uma candidata.

---

<sup>5</sup> “É claro que, às vezes, as preferências apenas são adaptadas de maneira imperfeita. Em algum nível, há uma percepção de prejuízo, mas o medo de sanções sociais, ou a crença de que a causa é intratável impede as pessoas de buscarem reparação.” (Sunstein, 2009, p. 239)

De acordo com os autores, existem duas explicações correntes sobre o baixo número de mulheres ocupando cargos eletivos (Fox e Lawless, 2012, p. 130): a primeira se refere às vantagens de quem já está no cargo, a uma alta taxa de reeleição (como existem menos mulheres eleitas, menos mulheres usufruem dessa vantagem); a segunda diz respeito ao *poll de elegibilidade*, ou seja, há um número muito baixo de mulheres ocupando posições de alto nível nas profissões que são tidas como conduto para uma carreira política. Porém, essas duas explicações teriam em sua base algumas expectativas erradas: 1) na medida em que mais mulheres vão entrando no *pool* de candidatos qualificados, mais as candidatas terão boas oportunidades de êxito político; 2) candidatas e candidatos potenciais respondem da mesma forma às oportunidades políticas (Fox e Lawless, 2012, p. 130).

Analisando os resultados do *Citizen Political Ambition Study*, uma pesquisa nacional com potenciais candidatos (e candidatas) que fazem parte do *pool de elegibilidade*, os autores concluem que “mulheres, mesmo na camada superior das realizações profissionais, têm menos probabilidades de cogitar a concorrer a um cargo político do que seus equivalentes masculinos, sugerindo que os custos de entrar na arena política são diferentes para homens e mulheres” (Fox e Lawless, 2012, p.132). Isso se deveria a quatro áreas em que as orientações tradicionais sobre os papéis de gênero afetariam, ou poderiam afetar, a probabilidade de se cogitar uma candidatura: cultura política (o ambiente político com suas possibilidades, crenças, aberturas ou fechamento quanto ao sexo); responsabilidades familiares (mesmo mulheres em posição de poder enfrentam historicamente uma demanda maior em relação às suas responsabilidades familiares), qualificações autopercebidas (as mulheres, em comparação aos homens, se percebem como menos qualificadas para entrar na política, mesmo quando têm uma alta qualificação) e motivações ideológicas (mulheres têm mais probabilidade de entrar na política se motivadas por políticas relacionadas aos interesses de mulheres ou crianças).

De acordo com os autores, as primeiras duas áreas não afetariam tanto as primeiras fases do processo da decisão de concorrer a um cargo eletivo, isso, segundo os mesmos, porque os indivíduos estudados são aqueles que já fazem parte do *poll de elegibilidade*, ou seja, já superaram muitas barreiras de socialização em função do sucesso profissional que têm (Fox e Lawless, 2012, p.132). As duas últimas áreas seriam as que mais afetariam essa parcela de indivíduos, com ênfase maior dada pelos autores às qualificações autopercebidas, e é aqui que temos um complemento do que foi

visto até agora com as discussões trazidas por Bourdieu e Sunstein, embora estes não tratassem diretamente deste fenômeno. Mulheres são socializadas de maneira a se perceber como menos qualificadas para a política; mesmo quando seu nível de qualificação é semelhante ao masculino, eles se sentem muito mais qualificados que elas. Além disso, é interessante notar que a probabilidade de levar a avaliação dessa qualificação em conta na decisão de entrar na política ou não é muito maior nas mulheres que nos homens (Fox e Lawless, 2012, p.132).

A socialização diferenciada e sexista está na base deste *gap* de auto-atribuição de qualificação. Homens estão muito mais próximos cotidianamente do ambiente político que as mulheres, portanto, são menos exigentes ao avaliarem suas condições de ocupar cargos políticos (Miguel e Biroli, 2011, p. 94). Além disso,

As mulheres estão habituadas à exigência de superqualificação, imposta aos integrantes de grupos subalternos que ingressam em espaços privilegiados. (...) Mulheres, assim como outros grupos subalternos, tendem a assimilar fortemente o sentimento da própria impotência política, recusando-se a fazer parte de um espaço no qual são recusadas. (Miguel e Biroli, 2011, p. 94).

Como visto, podemos dizer que a socialização sexista vivenciada por homens e mulheres é um dos principais fatores influenciadores da decisão de entrar no mundo da política e que “o desinteresse feminino pela política, a incompetência feminina nos assuntos da política e a falta de ambição política feminina são momentos de uma mesma exclusão” (Miguel e Biroli, 2011, p. 94). Justamente por isso, embora cada vez mais novos estímulos à participação feminina entrem em cena (começando pelo direito ao voto e indo até às cotas de participação existentes atualmente), este quadro de sub-representação não irá mudar enquanto questões mais profundas, relacionadas as nossas estruturas social, econômica e política, que mantém as mulheres em uma posição marginalizada, não mudarem.

### **Menos recursos, menos poder**

Um fator que também pode ser explicativo do número reduzido de mulheres na vida política é a grande diferença na distribuição de recursos entre os diferentes grupos. Assim como outros grupos subalternos as mulheres detêm uma fatia bem menor que os homens nessa distribuição. É importante dizer que o termo *recursos* não se atém apenas à sua característica econômica ou material, devem entrar aqui duas outras facetas: tempo disponível e contatos (rede de contatos). Tanto nos momentos do processo de

decisão de participar do mundo da política, quanto durante um mandato adquirido, os atores levam em conta sua disponibilidade desses recursos e, mais que isso, essa disponibilidade também é levada em conta por outros atores (outros políticos e também os eleitores), sendo estes recursos fontes importantes de um sucesso político.

Se por um lado podemos dizer que por conta de nossa socialização sexista o mundo da política é mais comum aos homens, no sentido de ser mais próximo (mesmo quando estes não se interessam por ele) e, portanto, têm maior facilidade de participar de redes de contato com outros atores que fazem parte deste campo. Do outro lado, podemos dizer que historicamente as mulheres foram percebidas e tratadas como pertencentes à vida privada, com acesso restrito à vida pública, enquanto os homens sempre tiveram livre acesso às duas esferas. Isso fez com que as mulheres, na maioria dos casos, ficassem restritas às suas redes de contato familiares. Mesmo com as mudanças socioeconômicas, e também políticas, existentes ao longo dos séculos e com uma maior permeabilidade da esfera pública ao sexo feminino, podemos dizer que este quadro ainda não foi alterado em sua base, mulheres ainda são vistas como intrusas em alguns espaços públicos, dentre eles a política.

Dá a evidência de que para as mulheres o capital político do tipo familiar é tão importante (Miguel e Biroli, 2011, p. 95). Mulheres que têm pais, maridos ou irmãos que participam da vida política têm grande probabilidade de herdar as redes de contato destes; também têm maior probabilidade de se interessar por política, pois esta passa a ser uma atividade mais próxima de seu dia-a-dia, e isso pode interferir diretamente na auto-atribuição de qualificação para a política, como discutimos mais acima.

Podemos voltar aqui a um dos pontos de discussão tratados por Fox e Lawless. Os autores, ao analisarem a *ambição política* e chegarem à conclusão de que a auto-atribuição de qualificação reduzida no caso das mulheres é um dos empecilhos na decisão de entrar na vida política, assinalam outro fator importante: o incentivo. De acordo com os autores, cogitar participar da vida política depende significativamente do grau de incentivo que o indivíduo recebe, incentivo este vindo de um líder partidário, um ocupante de um cargo eletivo ou um ativista político (Fox e Lawless, 2012, p. 148 e 151-152). Mais que isso, seguindo a mesma linha de discussão proposta aqui, os autores também concluem que mulheres têm menor probabilidade de receber esses incentivos.

A importância das redes de contato também se faz presente quando falamos dos recursos financeiros. E aqui temos um fenômeno semelhante ao anterior, mulheres de

camadas mais abastadas têm maior acesso a recursos financeiros próprios e a contatos que podem ajudar na liberação e aquisição de recursos financeiros exteriores. Faz-se importante trazer aqui uma análise protagonizada por Nancy Fraser (2002), que procura trazer para as discussões feministas a importância de uma maior preocupação com a questão econômica. Para Fraser, *gênero* deve ser entendido como uma categoria bidimensional, que “contém tanto uma face política e econômica, quanto uma face discursivo-cultural” (Fraser, 2002, p. 65), o que quer dizer que discussões teóricas e políticas públicas que tenham como objetivo diminuir a sub-representação feminina, e/ou de forma mais profunda agir contra a subordinação das mulheres, não devem se ater apenas a uma faceta da categoria *gênero*; devem ser iniciativas conjuntas que levem em conta tanto seu caráter cultural, quanto seu caráter econômico.

Fraser propõe uma concepção de justiça centrada no princípio da *paridade de participação*, e afirma que uma das condições<sup>6</sup> que devem ser obedecidas para que esta paridade seja alcançada é a de que a distribuição de recursos materiais seja feita de forma que todos os participantes tenham independência e voz, evitando altos níveis de dependência econômica e desigualdade (Fraser, 2002, p. 67). Dessa forma, poderíamos dizer que políticas afirmativas, não mudarão a situação de sub-representação feminina enquanto outras políticas não atuarem com foco na diminuição do *gap* econômico que há entre homens e mulheres.

Gênero, por exemplo, tem dimensões político-econômicas porque é um princípio estruturador básico da economia política. Por um lado, o gênero estrutura a divisão fundamental entre “trabalho produtivo” assalariado e “trabalho reprodutivo” e doméstico não assalariado, designando a mulher inicialmente para o segundo. Por outro lado, gênero também estrutura a divisão dentro do trabalho assalariado entre ocupações manufatureiras e profissionais bem pagas, dominadas por homens, e trabalho doméstico e de “colarinho rosa” (pink collar), mal pago, dominado por mulheres. O resultado é uma estrutura político-econômica que gera modos de exploração, marginalização e privação específicos de gênero. (Fraser, 2001, p. 259-260)

Temos então uma divisão sexual do trabalho que existe na esfera privada, mas que a perpassa e se instaura também na esfera pública (e que justamente por essa relação entre as duas esferas, tem sua reprodução ao longo do tempo) e que traz consequências à participação feminina no mundo da política, tanto quando pensamos em termos da distribuição de recursos econômicos/materiais, como quando estamos

---

<sup>6</sup> A outra condição proposta por Fraser é a “intersubjetividade” que “requer dos modelos institucionalizados de valores culturais que expressem o mesmo respeito a todos os participantes e assegurem oportunidades iguais para se alcançar estima social” (Fraser, 2002, p. 67).

tratando do tempo livre enquanto recurso. A divisão sexual do trabalho (doméstico ou não) e a diferenciada distribuição de tempo livre são aspectos interligados das diferenciações de gênero de nossa sociedade.

Afunilando mais nossa discussão neste momento para o trabalho doméstico e cuidados com o lar vemos que diferentes atribuições entre os sexos proporcionam um maior tempo livre para os homens, mais que isso, um menor peso não só no agir doméstico, mas em relação às preocupações do lar. Sabemos que os “lares” são muito diferentes uns dos outros e que variáveis como número de filhos, existência de outras pessoas na casa sob os cuidados da família, trabalho fora da mulher, renda familiar, nacionalidade da família, faixa etária do homem e da mulher, dentre outros, contribuem muito para estas diferenças. Porém, pensando as sociedades liberais como um todo, podemos ver que independente dessas diferenças é a mulher a principal responsável pelas preocupações do lar; ao homem, quando participa deste trabalho, é reservado o papel de ajudante.

Pesquisas mostram que mesmo em domicílios onde as mulheres têm suas carreiras, elas ainda têm maior probabilidade de usar seu tempo livre para os cuidados com o lar (Fox e Lawless, 2012, p. 141). Somado a isso, ainda temos o fato da pressão social sofrida pelas mulheres em relação à sua aparência física (Wolf apud Miguel e Biroli, 2011, p. 100), o que faz com que elas gastem muito mais tempo se dedicando a isso do que os homens. Uma pressão que é duplicada quando a mulher assume um cargo de visibilidade pública.

Ou seja, o recurso ao tempo livre é uma barreira tanto no momento de interesse e decisão em participar da vida política quanto depois que a decisão foi tomada e a mulher já ocupa algum cargo político. Espera-se da mulher, e ela também espera de si, que ela fique responsável pela vida privada de toda sua família, e se espera também que ela acompanhe os padrões de beleza estabelecidos. Com uma sobrecarga dessas, fica visível que homens e mulheres, por terem diferentes expectativas quanto a seus papéis sociais, têm diferentes tarefas e exigências sociais e, portanto, diferentes possibilidades de tempo livre.

A diferença na distribuição destes recursos pode ser um dos fatores explicativos da sub-representação feminina. Porém, enquanto barreira a uma maior participação feminina, não pode ser entendido de forma isolada. Atua interagindo com todos os aspectos discutidos quando falamos sobre a falta de interesse e ambição política nas

mulheres.. Atua interagindo também com a separação das duas esferas da vida e, conseqüentemente, com um fenômeno que está na base da subordinação e exclusão feminina, o patriarcalismo. São várias faces de uma mesma exclusão

### **Homens públicos e mulheres oprimidas**

Existem duas ausências comuns ao pensamento político clássico - mas que também se perpetuam no pensamento político moderno – que, relacionadas entre si, são extremamente necessárias a uma discussão que busque entender a sub-representação feminina, assim como a subordinação das mulheres como um todo. São conceitos (que, claro, vão além de conceitos e se configuram em processos, fenômenos e fatos sociais) sistematicamente obscurecidos pela teoria política, principalmente pelo pensamento liberal. Justamente por isso devem ser levantadas se pretendemos entender os meandros do deslocamento existente entre o ideal liberal e a realidade concreta.

Para tanto, é importante entendê-las não como um acaso teórico, um item que deixou de ser abordado dentre tanto outros, mas como uma escolha metodológica e filosófica que serve a fins ideológicos. A palavra ideologia cabe aqui porque estas ausências são importantes não apenas por serem pontos excluídos das discussões, mas por serem as bases do sistema liberal, deliberadamente visto como igualitário, mas ao mesmo tempo extremamente desigual e excludente; e ao serem mantidas como ausentes obscurecem o entendimento, ou mesmo a visão da existência, dessa desigualdade e exclusão.

Podemos dizer que três artifícios são utilizados para a manutenção dessas ausências: imparcialidade, universalidade<sup>7</sup> e neutralidade. O pensamento liberal se pauta nestes três artifícios como forma de mostrar que é inclusivo e trata os indivíduos de forma igual. Mas existem vários problemas nisto, principalmente quando pensamos por meio de uma perspectiva de gênero. A imparcialidade, da forma como é desenhada, é um ideal inatingível e, por isso, o que na verdade promove é a visão particular do grupo dominante – no caso, o masculino – como universal, mascarando a multiplicidade de perspectivas, e mesmo condenando essa multiplicidade, e legitimando as hierarquias

---

<sup>7</sup> Embora as palavras sejam as mesmas, aqui estamos tratando de dois conceitos diferentes. E embora estes dois conceitos se esbarrem em suas bases e conseqüências, é necessária que tal distinção seja feita aqui. “Universalidade como inclusão e participação de todos em uma vida moral e social não implica a universalidade como a adoção de um ponto de vista geral que deixa para trás aflições particulares, sentimentos, compromissos e desejos” (Young, 1990, p. 105. Tradução nossa.).

existentes nas relações sociais e na política, principalmente nos processos de tomada de decisão (Young, 1990, p. 97).

O ideal da universalidade também está longe de ser atingido, mesmo se pensarmos no sufrágio universal como uma resposta positiva ao ideal da universalidade, veremos que este não contempla o que promete e uma mulher conta menos que um homem (Phillips, 1997, p. 157), visto que as igualdades formais não se traduzem em igualdades de fato; o sufrágio “significa diferentes coisas para homens e mulheres” (Pateman, 1989, p. 127). Já a neutralidade de gênero é na verdade uma “falsa neutralidade”; o uso de termos neutros quanto ao gênero não fez com que as mulheres fossem incluídas no pensamento político, apenas deixou menos explícita sua exclusão. Pensando não apenas nos problemas que a falsa neutralidade trás para o pensamento político (e pra vida social em si), mas adicionando a isso os problemas relacionados aos ideais de imparcialidade e universalidade em uma estrutura social desenhada também por questões de gênero, podemos facilmente concordar que “em grande medida, a teoria contemporânea, como no passado (ainda que de maneira menos óbvia) é sobre homens que têm suas esposas em casa” (Okin, 2008, p. 5 e 1989, p. 13 e 110).

O entendimento de como estes três artifícios funcionam torna-se mais claro ao tratarmos de forma mais detalhada das ausências já mencionadas. Seriam elas: as consequências trazidas pela manutenção da ideia de separação entre duas esferas – privada e pública; e as consequências do entendimento de que o patriarcalismo é um sistema antigo, que não está presente em nossa ordem social e política atual. Numa sociedade como a nossa, estruturada pelo gênero, tomar tais ausências como princípios traz sérias consequências às mulheres.

A separação das duas esferas se dá de forma que a esfera privada é entendida enquanto o ambiente onde a intrusão ou interferência, mesmo que do Estado, só se dá mediante justificativa, e associada ao que é natural, doméstico, sentimental e particular, enquanto a esfera pública é vista como seu oposto, entendida como uma esfera mais acessível e associada ao cívico, público, racional e universal. A crítica à separação das duas esferas aqui se dá não pelo fato da separação em si, mas pela forma como é tratada: uma separação que é excludente entre os dois mundos.

Embora estejamos aqui ao lado das críticas que vão contra uma separação completa entre as esferas, não nos posicionamos no outro oposto. As análises feministas trouxeram grande evolução nas críticas à visão estrita de separação das duas esferas e à

convencional dicotomia entre público e privado com suas discussões sobre o pessoal ser político. De fato, tal afirmação trouxe um avanço muito grande no entendimento do gênero enquanto uma categoria importante para a análise política e social, e na visão de que o poder, as estruturas e as práticas políticas e econômicas estão diretamente ligados às estruturas e práticas da esfera doméstica (Okin, 2008, p. 6). Mas há que se tomar certo cuidado e não extrapolar o pensamento “o pessoal é político”. Susan Okin, traz uma discussão muito interessante neste sentido, abordando que o conceito de privacidade tem utilidade e que a privacidade em si tem valor na vida humana, assim como existem diferenciações razoáveis que devem ser feitas entre a esfera pública e a doméstica (Okin, 2008, p. 6 e 1989, p. 127).

De acordo com a autora, “tanto o conceito de privacidade quanto a existência de uma esfera pessoal da vida em que a autoridade do Estado seja limitada são essenciais” (Okin, 1989, p.128. Tradução nossa.). O entendimento aqui é de que as pessoas precisam de um espaço/ambiente/momento em que possam desenvolver suas relações interpessoais e também seu próprio eu, suas capacidades mentais, sua autonomia; existe a necessidade de que as pessoas possam em algum momento se despojar, mesmo que não totalmente, de seus papéis públicos, a necessidade de que tenham sua intimidade. No caso específico das mulheres, mesmo pensando em termos de lei, vemos que avanços relacionados aos direitos reprodutivos ou a proteção contra o assédio sexual, por exemplo, foram conseguidos com base no direito das mulheres a vários tipos de privacidade (Allen *apud* Okin, 2008, p. 7).

Dessa forma, as ideias de privacidade individual e de uma esfera privada não podem ser totalmente descartadas. No entanto, deve-se ponderar que, enquanto não houver uma sociedade igualitária quanto ao gênero, estas ideias de privacidade não serão alcançados, ao contrário, servirão como mais um artifício para mascarar as desigualdades e a subordinação feminina, pois o grau em que as mulheres tem a possibilidade de encontrar essa privacidade é muito diferente do masculino; “a esfera doméstica não oferece o tipo de privacidade no qual a intimidade pode florescer” (Okin, 2008, p. 15-16). Corremos o risco aqui de não perceber que a privacidade de um indivíduo pode significar o máximo de liberdade para si, ao mesmo tempo em que a privacidade do grupo pode significar justamente o oposto para o indivíduo (Okin, 2008, p. 12). Enquanto não for admitido que a separação entre as duas esferas tem consequências diferentes para os diferentes sexos, apenas os homens serão sujeitos

completos, com direito à privacidade. E tal entendimento é dificultado pelo pensamento compartilhado de que a separação entre as duas esferas se traduz em dicotomias extremas. Tais dicotomias, da forma como são apresentadas pelo pensamento liberal, não existem.

Dessa forma, ainda seguindo a discussão proposta por Okin (1989), entende-se que o poder, algo adotado como intrinsecamente político, tem importância central na vida familiar; o poder exercido pelo homem sobre a mulher, ou pelos pais sobre os filhos, embora seja tratado como reflexo do natural, tem sua legitimidade em uma construção social que perpassa as duas esferas. Entende-se também que a esfera doméstica também é criada por decisões políticas; sua própria existência e seus limites e regras aceitos são resultado de decisões políticas, o Estado está diretamente ligado à formação e ao funcionamento das famílias. Adotando a dicotomia proposta pelo pensamento liberal, o que temos é uma privacidade que esconde este poder deixando mulheres e crianças em posições subordinadas, sujeitas à violência física e psicológica, dentro da família; uma violência legitimada e protegida da atuação do Estado, que em determinados momentos atua para mudar as regras do jogo, mas que em outros, mantém o *status quo* - “a ‘proteção’ total [ao indivíduo], a sua pessoa e propriedade, ainda não é oferecida pela lei a muitas mulheres, para quem o lar, com toda sua privacidade, pode ser o mais perigoso dos lugares”. (Okin, 2008, p. 13).

Somado a isto, entende-se que a família é inegavelmente política e que a divisão do trabalho nessa família (que é estruturada pelo gênero) traz barreiras psicológicas e práticas sobre a mulher. A família é onde começamos nossa socialização e é por meio dela que nos tornamos homens ou mulheres, que recebemos e entendemos o que se espera de cada sexo e, conseqüentemente, incorporamos e reproduzimos uma divisão sexual do trabalho. Somos ensinados e ensinamos que às mulheres está destinado o maior tempo e preocupação com o cuidado com os filhos (e com o lar) e que, por isso, aos homens, por estarem naturalmente livres deste compromisso, resta o sustento da casa o que, não coincidentemente, lhe dá maior poder econômico e também maior prestígio. Tal divisão sexual extrapola os muros imaginários da vida privada, e se instaura em todas as esferas da vida de uma mulher; traz conseqüências na forma como as mulheres se enxergam e como são enxergadas – um exemplo disso é a já discutida diferente auto-atribuição de qualificação entre indivíduos de diferentes sexos. As diferenças significantes entre homens e mulheres, criadas e reforçadas pela divisão

sexual do trabalho dentro da família, tornam óbvio como esta é uma instituição política (Okin, 1989, p. 132).

As discussões sobre o não sustentamento da dicotomia entre público e privado, da forma como é aclamada pelo pensamento liberal, coloca a família como ponto central de análise. Seu entendimento enquanto instituição política marcada por uma estrutura generificada, privada, mas não totalmente excluída do universo público, nos traz luz sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres. A omissão liberal desse caráter político, explícito no fato de que a família não é discutida, faz com que o pensamento político continue a ignorar a questão de gênero, o que auxilia a permanência da subordinação feminina.

Neste ponto, entramos na outra ausência mencionada acima, a manutenção disfarçada de um pensamento político e estrutura patriarcalistas, que age em consonância com a dicotomia entre público e privado e, mais que isso, é um dos elementos que permite que tal dicotomia prevaleça e se perpetue no pensamento político liberal. O patriarcado tem sua permanência garantida pela ideia de que o mesmo foi deixado pra trás pelo *contrato social*, que vem promover a substituição do poder paterno pelo poder do Estado, e que sustenta relações sociais tidas como livres. Porém, como abordado por Pateman (1993 e 1989), existem dois erros graves nessa interpretação: primeiro, o patriarcado não foi abandonado, e está presente em nossas estruturas políticas e sociais; segundo, o patriarcado se modificou e não pode mais ser classificado apenas como referente ao poder dos pais sobre os filhos, em nossa sociedade ele assume uma forma moderna que é fraternal e também estrutural.

Para tratar destes dois “erros” interpretativos (que servem também a funções ideológicas) a autora sinaliza o sufocamento de uma das facetas da história do contrato original, a história do *contrato sexual*. De acordo com a autora, a história do contrato original vem sendo interpretada como o alcance de uma liberdade civil, salvaguardada pelo Estado, que é conquistada a partir do momento em que os filhos “renegam sua sujeição natural a seus pais e substituem o regime paterno pelo governo civil”, o que deixa claro a ideia de que “o direito político enquanto direito paterno é incompatível com a sociedade moderna” (Pateman, 1993, p. 16). Dessa forma, a história do contrato original se mostraria como pós-patriarcal.

No entanto, não é apenas o poder dos pais sobre os filhos que está em questão no contrato original - o direito paterno é somente uma dimensão do poder patriarcal -, a

dominação das mulheres pelos homens também está na formulação do contrato e é a base do patriarcado moderno.

O que temos com o contrato original é a criação de uma esfera pública livre e política e a criação, mascarada, por não ser discutida, de uma esfera privada que é seu contrário. O homem é senhor dos dois mundos, tendo livre acesso e poder nas duas esferas, enquanto às mulheres é imposta uma posição subordinada na esfera privada e um acesso restrito à esfera pública. O contrato só pode ser visto como uma história de liberdade, por ter essa sua faceta de subordinação sufocada: uma história contada de liberdade para os homens e uma história mascarada de subordinação para as mulheres. A concepção patriarcal da diferença sexual, que trata os homens como os únicos detentores dos atributos necessários para participar dos contratos –como a razão, mas mais importante ainda, a posse da propriedade de si, ou seja, ser um indivíduo (Pateman, 1993, p. 21) – e as mulheres como naturalmente pertencentes à vida doméstica, estrutura nossa sociedade até os dias atuais e está na base da diferenciação dos sexos entre liberdade e sujeição.

Dentro dessa perspectiva, o contrato de casamento pode ser tido como a evidência mais forte de que o patriarcalismo ainda permanece e se perpetua em nossas estruturas sociais e políticas. Por meio do contrato sexual o marido tem acesso ao corpo da mulher e a seu trabalho doméstico e cuidado com os filhos gratuito. Mesmo que um casal tente não reproduzir as relações patriarcais presentes no matrimônio, “ninguém consegue escapar completamente das consequências sociais e legais do ingresso no contrato de casamento” (Pateman, 1993, p. 37), justamente porque a dominação e a subordinação patriarcalistas são estruturais.

Dessa forma, a aclamação da liberdade trazida pelos contratos é uma ficção maior que a própria ficção do contrato original e com maior peso social e político; “o contrato sempre dá origem a direitos políticos sob a forma de relações de dominação e subordinação” (Pateman, 1993, p.25). E os sujeitos ou, melhor dizendo, os objetos dessa dominação são as mulheres. Mesmo se pensarmos em um contrato que não seja o de matrimônio, veremos que as relações patriarcais ainda são reproduzidas. É o caso do contrato de trabalho: homens só conseguem participar do contrato de trabalho porque tem em casa mulheres (esposas, mães, irmãs, ou mesmo trabalhadoras domésticas assalariadas) responsáveis por outro tipo de trabalho, o doméstico, o que faz com tenham tempo livre para se dedicar a outras atividades; mulheres que ingressam em um

contrato de trabalho ainda participam deste em uma posição desprivilegiada, ocupando cargos de menor prestígio, poder e remuneração, e ainda têm de se dedicar às preocupações referentes ao lar, que continuam sendo encaradas como responsabilidade sua (mesmo nos casos em que há um(a) trabalhador(a) assalariado(a) envolvido nos trabalhos domésticos). A economia capitalista tem também uma estrutura patriarcal.

O tratamento destas duas ausências comuns ao pensamento liberal e às discussões sobre política nos trazem como conclusões o entendimento de que: as esferas pública e privada são separáveis e inseparáveis ao mesmo tempo (Pateman, 1993, p. 19), mas que apenas seu caráter separável é tomado como princípio; o fato de seguirmos uma corrente de pensamento e vivermos em uma sociedade que tem suas estruturas fundadas pelo patriarcalismo faz com que o caráter de continuidade entre as duas esferas seja sufocado, e com ele a subordinação feminina que dele é consequência e que ao mesmo tempo o impulsiona; a esfera pública é tida como o único domínio de interesse público e são deixados pra trás os fatos de que essa esfera não é livre e não recai sobre todos da mesma forma; e de que as diferenças sexuais/sociais são consequências e fator ativo de uma estrutura social, política e econômica que é patriarcal. Tudo isso culmina na subordinação feminina, que tem como uma de suas facetas a sub-representação política.

Poderíamos nos perguntar: Nosso desenho social e político seria o mesmo se mais mulheres participassem das esferas de poder e tomadas de decisão? A sub-representação feminina estaria resolvida se as mulheres tivessem mais acesso ao mundo da política? Uma resposta razoável é que só isso não seria suficiente para mudar a sub-representação feminina, muito menos a subordinação das mulheres. Se voltarmos ao que foi discutido mais acima e pensarmos na representação enquanto algo que envolve não só um número considerável de integrantes de um grupo participando da vida política, mas a defesa dos interesses e perspectivas desse grupo, veremos que “somente” uma maior presença de mulheres no mundo político não seria capaz de mudar a situação em que se encontram. Claro que maior presença pode gerar maiores constrangimentos e conflitos, que são necessários e que podem gerar consequências positivas. Mas só isso não basta. Maior presença não se transfigura em maior representação, e as estruturas de dominação podem continuar sendo reproduzidas, sem que haja alguma mudança considerável na sociedade e na política como um todo.

Ou seja, enquanto as estruturas patriarcalistas - e com ela as dicotomias entre público e privado e as diferenciações relativas aos sexos que trazem consigo - não forem enfrentadas de fato, as mulheres não serão libertas de sua posição de subordinação. Entendendo que há uma relação direta entre a exclusão das mulheres e a forma como a vida pública (e também a privada) é organizada, “a equidade na participação depende de uma reorganização dos ideais, das práticas e das instituições que estruturam tanto a esfera pública quanto a privada” (Miguel e Biroli, 2011, p. 88).

### **Ser ou não ser mulher?**

Vimos até agora três análises que esclarecem melhor o número reduzido de mulheres na vida política e sua sub-representação, assim como sua posição subordinada na sociedade. Como dito, estas três análises, se tomadas de forma interligada, formam um arcabouço explicativo mais completo sobre a condição feminina nas sociedades liberais. Mostramos o entendimento de como e por que as mulheres são excluídas do mundo da política, e isso traz alguns questionamentos: “Como trazer então as mulheres para este mundo?”; “Como fazer com que sua inclusão se torne um avanço em relação à sua sub-representação e subordinação, e não apenas uma reprodução destas?”.

Pateman (1989 e 1993) argumenta que enquanto as estruturas patriarcais não forem o alvo das mudanças propostas, o contexto de subordinação feminina não irá mudar e o patriarcalismo continuará sendo reproduzido de forma mascarada. Para a autora, enquanto as estruturas patriarcais continuarem conduzindo nossa sociedade, a inclusão das mulheres no mundo da política sempre se dará dentro de um impasse sem solução; um impasse que se traduz em um dilema, o dilema de Wolstonecraft:

(...) de um lado, a demanda de que o ideal liberal seja estendido às mulheres, com uma agenda “neutra” do ponto de vista do gênero; de outro, a defesa de que sejam incorporadas *enquanto mulheres*, isto é, que suas especificidades sejam levadas em conta. Porém, “o entendimento patriarcal da cidadania significa que as duas demandas são incompatíveis, já que permite apenas duas alternativas: ou as mulheres se tornam (como) homens, e assim cidadãos plenos; ou continuam no trabalho de mulheres, que não tem valor para a cidadania”. (Pateman *apud* Miguel e Biroli, 2011, p. 86)

Podemos dizer que este é um dilema que vem permeando a teoria feminista; uma pergunta que as teóricas tentam responder, e não é uma tarefa fácil. Numa sociedade patriarcal a exaltação da diferença, embora importante sobre alguns aspectos, pode resvalar em argumentos ligados ao que é natural de cada sexo, ou seja, em uma reprodução do que é característico do sistema patriarcal. Ao mesmo tempo, a exaltação

das mulheres enquanto indivíduos, que também é necessária em determinados aspectos, pode cair na definição do indivíduo enquanto masculino, o indivíduo patriarcal, deixando de lado o fato de que em nossas sociedades, os corpos são sexualmente diferenciados.

Embora, a um primeiro olhar desatento, pareça simples descartar estes dois caminhos enquanto alternativas, o engano é logo deixado de lado quando percebemos que os dois lados do dilema abordam questões importantes e necessárias a uma luta contra a subordinação feminina. Uma análise mais atenta á cada caminho deve ser feita para que se perceba que estes dois extremos apresentam facetas importantes em nossa discussão. Um primeiro passo necessário nesta discussão é ter o entendimento de que gênero é “uma construção social e política, *relacionada a, mas não determinada pela* diferença sexual biológica” (Okin, 2008, p. 8).

Enquanto construção social e política, o gênero não pode ser deixado de lado em qualquer discussão teórica que aborde a questão da mulher nas sociedades modernas, mais que isso, não pode ser negligenciado em qualquer discussão sobre a própria democracia como um todo. Embora o feminismo, assim como o marxismo, tenha em suas bases críticas uma concepção do indivíduo, que é necessária para o entendimento de que suas reivindicações são importantes e legítimas, o entendimento deste indivíduo deve ser tratado com cuidado. Tanto o feminismo, quanto o marxismo, se apoiam na ideia primeiramente formulada por Locke de que “todo homem tem uma propriedade em sua pessoa” (Locke *apud* Pateman, 1993, p. 31), e trazem essa ideia para suas reivindicações políticas. De fato, o conceito de trabalho desenvolvido por Marx e a busca pela igualdade civil no feminismo não são possíveis sem o entendimento de que os indivíduos são proprietários em suas pessoas. Porém, algumas considerações devem ser feitas.

O indivíduo liberal – o indivíduo em Locke – é um indivíduo masculino e é o alicerce sobre o qual as teorias do contrato são construídas, sendo também uma das bases do patriarcalismo. Argumentar por uma entrada maior das mulheres na vida política enquanto indivíduos, descoladas de suas especificidades, ou seja, daquilo que as diferencia, encaradas então como corpos neutros, é cair em mais uma falácia do pensamento liberal. Em uma sociedade estruturada pelo gênero, ser homem ou mulher traz modos de vida e consequências políticas e sociais diferentes que não podem ser abandonadas. Esse tipo de pensamento faz parecer que o problema do liberalismo é o

seu universalismo ainda não atingido, e que quando as mulheres forem incorporadas enquanto indivíduos tal problema estará resolvido. Como vimos, não é este o principal problema. Podemos dizer sim que o liberalismo não consegue cumprir sua promessa universal, mas isto não é um desvio e sim sua constituição patriarcal.

Pateman tem um *insight* neste ponto. A autora mostra que o indivíduo deve ser ao mesmo tempo aceito e rejeitado (1993, p. 32). É necessário então que se consiga manter uma distância razoável do entendimento do indivíduo, para que não se reforce o que se pretende combater, o patriarcalismo. Assim como Marx se aproximou e se afastou do conceito de indivíduo ao invocar a abolição do capitalismo (1993, p. 32), as feministas não podem se apoiar de forma míope e total num conceito que é patriarcal e também fundamenta a opressão feminina.

Sendo relacionado a – mas não determinado pela – diferença sexual biológica, o gênero também não pode ser tratado como uma consequência do que é natural. Esse é um risco que se corre quando a diferença é exaltada de tal forma que foge de um argumento de reivindicação e cai em um essencialismo. Tal essencialismo, acaba por reproduzir modos de visão sobre o que é ser mulher; modos estes que são desenhados por uma estrutura patriarcal e que, por isso, são também responsáveis pela posição subordinada do sexo feminino na sociedade e na vida política.

Algumas feministas se apóiam na diferença de gênero, advinda das específicas e diferentes experiências vividas pelo grupo, como forma de pautar a ideia de que as mulheres teriam uma ética diferente na política; que, justamente por serem mulheres, trariam para a política um comportamento mais brando, menos agressivo, um maior senso de justiça e uma maior preocupação com o cuidado com os outros. Este pensamento faz parte do que chamamos de *política do desvelo* ou *pensamento maternal*, que aborda as experiências específicas das mulheres, como a maternidade, como base para a valorização de sua entrada no espaço público.

Embora essa abordagem tenha em si um forte viés essencialista, esta corrente feminista tem em sua origem duas principais referências que não têm esse caráter, pelo contrário, abordam as diferenças da mulher enquanto resultado de uma socialização diferenciada. A primeira referência é a antropóloga Nancy Chodorow (1978) que aborda que diferentes personalidades são desenvolvidas em homens e mulheres desde o início de suas vidas, por meio dos primeiros cuidados que recebem e que, portanto, a

reprodução da maternidade está ligada aos primeiros relacionamentos entre mãe e filho e aos primeiros períodos do desenvolvimento infantil (Chodorow, 1978, p. 57).

Mesmo depois de modificações na estrutura econômica capitalista e dentro da própria família a mulher/mãe ainda é a principal responsável pelo cuidado com os filhos. Isso faz com que as crianças tenham desde sempre uma presença feminina muito marcante e uma ausência masculina explícita. Isso recai de formas diferentes sobre crianças de diferentes sexos: o menino desenvolve suas características masculinas na forma de regras abstratas, enquanto a menina desenvolve suas características femininas por meio de relações concretas e emocionais (Miguel e Biroli, 2011, p. 78). Com isso, as mulheres, sendo mães (e os homens sendo “não-mães”), produzem filhos que tem as capacidades e necessidades “cuidadoras” limitadas e reprimidas, e os preparam para assumir mais tarde, uma função menos afetiva em suas famílias e para uma participação impessoal no mundo extrafamiliar, na vida pública; ao mesmo tempo, mulheres, como mães, por meio de um relacionamento entre mães e filhas, produzem filhas não só com as capacidades para, mas com o desejo de serem mães (Chodorow, 1978, p. 7). Como resultado, a maternidade se reproduz de forma cíclica.

A segunda referência dessa corrente é a psicóloga Carol Gilligan (1982) que traça um diálogo direto com as reflexões de Chodorow, dentre outros estudiosos do desenvolvimento moral humano. A autora mostra que as diferenças entre homens e mulheres têm sido tratadas pela literatura psicológica enquanto um problema do desenvolvimento moral. Mas esta suposta falha, na verdade, evidenciaria outro desenvolvimento moral (resultado de diferentes processos de socialização também, principalmente pelas diferentes experiências vividas desde a infância), diferente do masculino, mas não menos relevante ou legítimo. Dessa forma, teríamos uma moral mais ligada a uma ética do cuidado do que à justiça (como costumamos tratá-la).

As discussões propostas por Chodorow e Gilligan foram apropriadas por teóricas feministas como Sara Ruddick e Jean Elshtain, que reivindicaram em suas teorias uma maior valorização das práticas e experiências da vida de uma mulher, mais especificamente da maternidade. Ruddick em *Maternal Thinking: Toward a politics of Peace* (1989) propõe a existência de uma razão que deriva do trabalho e experiência feminina, de uma prática que faz parte desse trabalho e experiência, a maternidade. Sendo central a vida de muitas mulheres (mesmo que de forma indireta), a maternidade faz ascender o que a autora chama de *pensamento maternal* (Ruddick, 1989, p. 9-10).

De acordo com a autora, existem três demandas que são impostas ao trabalho maternal: preservação, crescimento e aceitação social (Ruddick, 1989, p. 17-22). A exigência dessas três demandas na vida cotidiana das mães faz com que elas tenham que pensar para tentar resolver as várias dúvidas que surgem e desenvolver estratégias para cumprir tais exigências. Cotidianamente então as mães estão refletindo sobre sua prática, estão exercendo sua razão.

Em um sentido semelhante, Elshtain, em *Public Man, Private Woman: Women in Social and Political Thought* (1981), busca uma valorização das práticas cotidianas da vida privada, mais precisamente da mulher e de sua vida – maternidade –, o que ela chama de “redenção da vida cotidiana” (Elshtain, 1993, p. 335). As mulheres estariam sendo vítimas de uma imagem que denigre sua identidade (que é formada em suas práticas), justamente por conta de uma visão limitada da esfera privada e de sua dignidade. Neste ponto, a autora se alia aos argumentos de Ruddick e aborda o *pensamento maternal* proposto por esta, como um imperativo moral e político legítimo ao discurso político feminista. Vendo a ética política como algo possível, Elshtain argumenta que tal possibilidade está relacionada à condição de existência de uma esfera privada que dotada de sua dignidade e propósito seja protegida do imperativo público, que por sua vez tem que ser um mundo que nutra e sustente imperativos éticos, como a defesa de seres humanos em suas capacidades como pessoas privadas, e que coloque homens e mulheres em bases semelhantes de participação e igualdade (Elshtain, 1993, p. 351).

Existem alguns problemas nesta forma de abordar a maternidade - e com ela um ser feminino específico, que devem ser levantados aqui. O primeiro deles é que estas autoras recaem em um par mãe/crianças para a explicação da maternidade. Ao tratarem a maternidade e a maternagem basicamente enquanto cuidado com os filhos, e isso enquanto um processo/relação entre mães e crianças, a parte masculina da história vai sendo deixada de lado e sua participação, ou não participação, nesses processos também. Conseqüentemente sua ausência não é tratada adequadamente enquanto um dos fatores que agem a favor da continuidade da subordinação das mulheres, e esta é vista cada vez mais como uma reprodução de algo que é natural a elas. O segundo problema, diz respeito à generalização feita da condição feminina. Mesmo que cheguemos a um acordo de que a maternidade é uma experiência que está muito próxima das mulheres, mesmo quando não são o sujeito principal, ainda assim temos de

perceber que nem todas as mulheres passam por este processo (por decisão própria ou não), ou se sentem agradecidas por passarem. Ao afirmarem que a maternidade traz consigo práticas específicas que desenvolvem uma nova razão e que mães têm virtudes inscritas em seu modo de pensar e agir estas autoras excluem de suas teorias uma parcela das mulheres, a das que ignoram a maternidade (Badinter, 2005, p. 48).

Outro grande problema é a associação da maternidade a um agir político feminino. Tal associação reafirma uma divisão do trabalho político que reforça a posição subordinada das mulheres. Ao mesmo tempo, ao definir o espaço de atuação política das mulheres, define também o espaço a elas negado e tido naturalmente como pertencente aos homens. As ideias contidas no conceito de *pensamento maternal* de fato reforçam o insulamento das mulheres em determinadas temáticas, formas de ação e formas de compreensão. Mas uma ideia totalmente oposta a este conceito, ou seja, uma ideia que busque a neutralidade (que traria um tratamento igual para todos) também reforça este insulamento, visto que tal neutralidade nada mais é que o próprio discurso dominante, ou seja, o relativo ao universo masculino. Neste sentido, talvez o melhor caminho seja o da busca por uma conciliação do reconhecimento das diferenças com a promoção e defesa da igualdade, o que abarcaria o ideal central dos dois caminhos citados, sem reproduzir suas formas de exclusão, opressão e dominação.

## **Conclusão**

Um passo importante aqui é perceber que o dilema enunciado por Pateman ultrapassa o campo teórico e se instala empiricamente na vida cotidiana de toda mulher que decide ter uma vida profissional, seguir uma carreira, dentre elas a política. Toda mulher quando decide participar de forma mais ativa do mundo político - e principalmente quando falamos em candidaturas políticas - passa tanto de forma consciente, como inconscientemente, por tal dilema. E este não está presente somente no imaginário feminino. Por tratar de questões que abordam as percepções sociais sobre o que é ser (ou sobre como deve ser) uma mulher, este dilema permeia as representações sociais presentes no cognitivo de todos os indivíduos.

Temos uma noção mais concreta disto quanto observamos a divisão social do trabalho político. Da forma como se configura, este trabalho é composto por uma

divisão social que atribui à *hard politics* (temas ligados mais diretamente ao controle do Estado e à economia) e aos atores que dela se ocupam um maior prestígio e poder, enquanto à *soft politics* (temas ligados à educação, áreas social, direitos humanos) deixa os espaços e posições periféricos. Mulheres que decidem entrar no mundo da política, por opção, ou pela falta dela, se ocupam com mais frequência dos temas ligados à *soft politics*, ocupando, portanto, posições menos prestigiadas. Mas existe também uma parcela dessas mulheres que consegue seguir um caminho diferente em sua carreira política e se ocupam da *hard politics*, porém, para tanto, adotam um perfil caracterizado como masculino em sua atuação política.

O que vemos é uma perpetuação do dilema: mulheres que mantêm um perfil feminino, dentro do que é “aceitável”, tem maior probabilidade de se ligar (e serem ligadas) a temas com menos prestígio e ocupar posições de menor poder; ao mesmo tempo, quando deixam de lado esse “perfil feminino”, ao invés de não assumirem perfil nenhum, se aliam a modos, falas e ações normalmente associados a um “perfil masculino”, conseguindo assim, em alguns casos, ocupar posições de maior prestígio, mas reafirmam a ideia de que a política é de fato um espaço masculino (feito para indivíduos com perfil masculino). Como consequência, mas também como fato importante de perpetuação da sub-representação e subordinação feminina, o que temos é uma divisão sexual do trabalho político.

E tal dilema é também um paradoxo. Se ater ou não aos estereótipos, a formas que são atribuídas à sua moral e corpo, não difere muito em seu resultado final: as mulheres continuam sendo um grupo subordinado aos homens. Daí os argumentos de feministas como Pateman (1989 e 1993), Phillips (1997)), Young (1990), Okin (1989 e 2008) e Fraser (1997, 2001 e 2002) de que enquanto mudanças mais profundas nas estruturas de poder não forem feitas, as relações de opressão, dominação e exploração continuaram caminhando em um sentido que favorece a subordinação feminina.

### **Referências Bibliográficas**

BADINTER, Elizabeth. O novo discurso do método, Capítulo 1. In: Rumo Equivocado: O Feminismo e alguns destinos. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: Crítica Social do Julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk. 2007a.

\_\_\_\_\_. Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007b.

- \_\_\_\_\_. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007c.
- CHODOROW, Nancy. The Reproduction of Mothering. University of California Press. Berkeley, 1978.
- ELSHTAIN, Jean B. Public Man, Private Woman: Women in Social and Political Thought. Princeton University Press. Princeton, 1981.
- FOX, Richard L. e LAWLESS, Jennifer L. Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. In: Revista Brasileira de Ciência Política, n.8. Brasília, 2012.
- FRASER, Nancy. Beyond the master/subject model: on Carole Pateman's The sexual contract. In: Justice Interrupts: Critical reflections on the "Postsocialist" condition. Editora Routledge. New York, 1997.
- \_\_\_\_\_. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org), Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Editora UnB. Brasília, 2001.
- \_\_\_\_\_. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero, Capítulo 2. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Cristina (orgs.), Gênero, democracia e sociedade brasileira. Fundação Carlos Chagas/Editora 34. São Paulo, 2002.
- FRIEDMAN, Marylin. Beyond caring: the de-moralization of gender. In: Virginia Held (ed), Justice and care. Westview Press. New York, 1995.
- GILLIGAN, Carol. In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development. Harvard University Press. Cambridge, 1982.
- MIGUEL, Luis Felipe. Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro. In: Revista de Sociologia Política, nº 20. Curitiba, 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. Mídia e Representação Política Feminina: Hipóteses de Pesquisa. In: Revista Opinião Pública, vol. 15, nº1. São Paulo, 2009.
- \_\_\_\_\_. Mídia, gênero e preferências políticas nas eleições de 2010 no Brasil. Projeto de Pesquisa, MCT/CNPq/MEC/CAPES edital nº 02/2010.
- \_\_\_\_\_. Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MOTA, Fernanda Ferreira. Entre agenda eleitoral e imagem pública: a condição feminina nas eleições presidenciais de 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- OKIN, Susan. Justice, gender and the family. Editora Basic Books, 1989.

\_\_\_\_\_. Gênero, o público e o privado. In: Revista Estudos Feministas, vol. 16, n. 2. Santa Catarina, 2008.

PATEMAN, Carole. Feminist critiques of the public/private dichotomy, (Capítulo 6) In: The Disorder of Women: Democracy, feminism and political theory. Stanford: Stanford University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. Fazendo contratos (Capítulo 1) e Confusões patriarcais (Capítulo 2). In: O contrato Sexual. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1993.

PHILLIPS, Anne. So what's wrong with liberal democracy, Capítulo 6. In: Engendering Democracy. Pennsylvania State University Press. Pennsylvania, 1997.

RUDDICK, Sara. Thinking about mothers thinking (Parte 1). In: Maternal Thinking: Toward a politics of Peace. Beacon Press. Boston, 1989.

SUNSTEINS, Cass R. Preferências e Política. In: Revista Brasileira de Ciência Política, n.1. Brasília, 2009.

YOUNG, Iris Marion. Justice and the politics of difference. New Jersey: Princeton University Press, 1990.